

Quantas prisões o Brasil terá que construir?

Publicada em 03/12/2007 às 16h28m

Por Irene Rizzini

O Brasil é um entre muitos países que enfrentam enormes desafios em relação a sua população jovem. Mas é um país que certamente vem demonstrando falta de clareza e determinação para enfrentá-los. Somos o país com a maior população jovem do mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas: são 51 milhões de brasileiros entre 10 e 24 anos. Uma grande parte deles cresce em condições precárias de vida, dificultando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e se vê na adolescência sem estudo, sem trabalho, sem perspectivas... Poucos são os que cometem crimes, mas muitos são vistos como uma ameaça à sociedade. Quantas prisões teremos que construir e manter com os recursos públicos para contê-los?

Fazemos esta pergunta à luz de alguns dados. Em primeiro lugar, a taxa de criminalidade entre adolescentes é baixa: o índice de adolescentes com processos por práticas infracionais é de 0,06%, de acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Secretaria Especial de Direitos Humanos (2006). Em segundo lugar, a maior parte dos atos infracionais cometidos não é considerada de alta periculosidade: 70% deles são contra o patrimônio. E, por fim, o dado amplamente divulgado de que as maiores vítimas da violência são os próprios adolescentes. É alarmante o número de homicídios cometidos contra a população jovem, sobretudo, negra. Entre 84 países, o Brasil é o terceiro em que mais jovens entre 15 e 24 anos morrem por homicídios. Só em 2004, foram 15.528 jovens. No ano de 2003, em São Paulo, os adolescentes foram responsáveis por apenas 1% dos homicídios e 4% do total de crimes.

Por que mesmo assim eles aparecem nas manchetes como uma grande ameaça à sociedade? E como defender o confinamento destes adolescentes, se sabemos que serão maltratados e humilhados em instituições que de educativas nada têm? Em 2002, o IPEA divulgava que 71% dos estabelecimentos de privação de liberdade estavam superlotados, portanto, em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seguindo a lógica do confinamento antecipado de adolescentes em conflito com a lei, uma pergunta a ser feita é: construir mais prisões e superlotá-las infundavelmente resolverá o problema? A resposta é não. Não resolverá. Vamos aos argumentos:

Em debates recentes, vem-se apontando que a sensação de insegurança e de medo presente principalmente nas cidades tem levado a uma divisão da opinião pública e a pressão para que medidas duras sejam tomadas em relação à segurança pública. A insegurança e o medo são legítimos. Vivemos todos sob o manto do medo. Ele é real e a ele reagimos. Não poderia ser de outra forma. As cidades brasileiras estão mais violentas e a mídia cotidianamente nos relembra nossa impotência, escalonando ainda mais a violência. Mas, voltamos a perguntar: será que medidas paliativas como o confinamento da população jovem resolveria? Seria a medida uma possível solução para o problema da violência urbana? Resolveria, por exemplo, a incapacidade dos órgãos responsáveis em garantir a segurança da população? De novo, a resposta é não.

É preciso ser dito que é fundamental combater a criminalidade e reduzir a violência nas cidades. O que, aliás, é possível, embora muitos acreditem que não. Cidades como Nova Iorque e São Paulo, só para citar dois casos recentes, vêm sendo apontados como exemplos de sucesso nesse sentido. A violência e a criminalidade nas cidades são sinônimo de inúmeras perdas. Elas perdem negócios, empregos e afastam as pessoas empreendedoras que movem o sucesso dos negócios. Portanto, combater a violência deve ser prioridade na agenda política de qualquer país.

No entanto, alegar que se está fazendo alguma coisa para resolver o problema confinando adolescentes desde os 16 anos é um equívoco. Mesmo porque sabemos para que tipo de instituições eles são encaminhados - as herdeiras do antigo Sistema de Assistência a Menores - o SAM. Privá-lo de liberdade, aplicando-lhe tratamento desumano só agrava o problema. Estas instituições, retratadas há mais de 60 anos como "escolas do crime", continuam sendo denunciadas como hediondas.

Interessante, que em nome da redução da criminalidade, busca-se justamente a fracassada resposta - o confinamento, que acaba produzindo o efeito contrário, ou seja, o aumento da violência e da criminalidade. O problema, sabemos, tem dimensão internacional. Mas é de reponsabilidade nacional o fato de que pedras de crack chegem às mãos de uma criança com facilidade; que muitas delas antes dos dez anos de idade já sofreram abusos, omissões e violência; que as escolas não ofereçam ensino de qualidade; que tantos adolescentes não tenham perspectivas de futuro e nem o que fazer no presente.

Enquanto mantivermos o foco equivocado e um país dividido na busca de alvos fáceis para debelar uma violência que vai muito além deles, seremos injustos e mesmo covardes. A opção é nossa. Continuaremos contruindo prisões, confinaremos também as crianças e não atingiremos as raízes do problema. Quando efetivamente o país investirá em sua população infantil e naqueles que têm nas mãos a responsabilidade pelo cuidado, formação e educação das crianças?

Irene Rizzini é professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio; Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e Presidente da Childwatch International Research Network

O Brasil é um entre muitos países que enfrentam enormes desafios em relação a sua população jovem. Poucos são os que cometem crimes, mas muitos são vistos como uma ameaça à sociedade

Enquanto mantivermos o foco equivocado e um país dividido na busca de alvos fáceis para debelar uma violência que vai muito além deles, seremos injustos e mesmo covardes
